

Petrolinho



Ano IX | nº 88 | Outubro 2021

NOVA VITÓRIA

Derrubamos a Resolução CGPAR 23

A luta e a organização das categorias atacadas pela Resolução CGPAR 23, entre elas, os petroleiros das empresas do Sistema Petrobrás, garantiram a aprovação, por unanimidade, do Projeto de Decreto Legislativo - PDL 342/2021, no Senado Federal, depois de ter sido aprovado por ampla maioria na Câmara dos Deputados, anulando todos os efeitos dessa famigerada Resolução.

Logo após esta vitória



ria histórica dos trabalhadores, a FUP solicitou à gestão da Petrobrás uma reunião para negociar a revisão da relação de custeio da AMS, voltando à relação anterior: 70% Petrobrás e subsidiárias X 30% beneficiários da AMS, entretanto os representantes da Petrobrás ignoraram a solicitação e não compareceram à reunião.

Leia a continuação da matéria na página 03

ATENDIMENTO

Sindipetro reinaugura subsedes para os associados que residem no interior do estado



Após reformas e aluguel de novo espaço, a direção do Sindipetro Bahia reinaugurou, no mês de setembro, as subsedes de Candeias e de Santo Amaro.

A subsede de Candeias foi reformada, ganhando espaço para a realização de reuniões e assembleias. Já para abrigar a subsede de Santo Amaro, o Sindipe-

tro alugou um novo espaço, realizando uma reestruturação para atender melhor aos associados.

As reformas e reestruturações dessas subsedes fazem parte de uma estratégia do Sindipetro-BA para ampliar o atendimento aos seus associados e associadas que residem no interior do estado, dando mais



conforto e oferecendo uma gama mais ampla de serviços para que eles não precisem se deslocar para Salvador.

A direção do Sindipetro vai continuar modernizando as suas subsedes ou até dando início a um processo de abertura de outras subsedes, inclusive, para ampliar a ação sindical no



interior do estado, fortalecendo o sindicato e a categoria petroleira.

As subsedes contarão com serviços nas áreas jurídica, de assistência social, de solicitação do reembolso benefício farmácia, entre outros serviços, que serão divulgados brevemente, cujo atendimento será feito através de agendamento.

DESRESPEITO

Petrobrás continua adiando cumprimento da decisão da justiça sobre o limite de desconto de 13% na AMS

Muitos aposentados e pensionistas da categoria petroleira estão indagando porque a Petrobrás continua efetuando os descontos abusivos da AMS se o Sindipetro Bahia ganhou ação na justiça, em cuja decisão de mérito (definitiva no primeiro grau), o juiz determinou que “a Petrobras e a Petros voltem a implementar a margem consignável de 13% para desconto em folha de pagamento referente à participação no custo dos atendimentos para a AMS...”. A justiça ainda ordenou a devolução dos valores cobrados além do limite de 13% do benefício líquido do aposentado e da pensionista (Petros + INSS - descontos legais).

Entretanto, o juiz deu um prazo de 60 dias para que a direção da estatal e subsidiárias cumpram a decisão, que foi publicada no dia 26/08. Portanto, o prazo legal para cumprimento da sentença se encerra somente no dia 24/11, pois esse prazo só leva em conta os dias úteis.

Até lá, a gestão da Petrobrás e Subsidiárias continuarão efetuando esses descontos abusivos. Uma atitude condenável que demonstra o seu objetivo: arrochar financeiramente os aposentados e pensionistas e forçar-os a sair da AMS.

Apesar das reiteradas cobranças da FUP e do Sindipetro Bahia para o cumprimento imediato da sentença, a direção da Petrobrás e Subsidiárias se mantêm impassíveis, dando continuidade aos descontos ilegais, mesmo sabendo que, mais cedo ou mais tarde, terão que devolver aos aposentados e pensionistas beneficiados pela ação judicial do Sindipetro-BA, todos os valores descontados acima do limite de 13% do seu benefício líquido.

No fim do prazo, no dia 24/11, a gestão da Petrobrás e Subsidiárias terão que cumprir a decisão. O não cumprimento implicará na cobrança de multas e outras penalidades, que o judiciário poderá decidir, para que a decisão seja cumprida.

Caso as gestões da Petrobrás e suas Subsidiárias recorram dessa decisão, o que deverá ocorrer, somente o prazo para devolução dos valores cobrados, além do limite de 13%, ficará suspenso.

Essa e outras atitudes da gestão da estatal e suas subsidiárias mostram muito bem que tipo de gente está nos cargos de comando da Petrobrás e nessas demais empresas, no governo Bolsonaro. É um misto de arrogância e de estupidez. Esses gestores sabem que terão que cumprir a sentença judicial e que os aposentados e pensionistas estão passando por dificuldades financeiras devido às cobranças abusivas, decorrentes do descumprimento do atual Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2020/2022 pela Petrobrás e suas Subsidiárias, mas, mesmo assim, continuam fazendo os descontos.

Não existe respeito da gestão da estatal aos trabalhadores, especialmente com aqueles que hoje estão aposentados,

que se dedicaram durante anos e que perderam a sua juventude e a sua saúde, para construir a maior e mais importante empresa do Brasil, a Petrobrás, bem como as suas Subsidiárias, responsáveis pela grandeza e a importância da indústria do petróleo do nosso país. Muitos destes companheiros e companheiras, incluindo as e os pensionistas, estão sofrendo de depressão e passando por sérias dificuldades financeiras, mas a direção da Petrobrás e das suas Subsidiárias segue ignorando a gravidade da situação.

As direções do Sindipetro Bahia e da FUP vão continuar pressionando a gestão da Petrobrás e suas Subsidiárias, para que cumpram a decisão judicial o quanto antes. As assessorias jurídicas das entidades sindicais estão atentas, acompanhando todas as questões, em relação a AMS e executarão todas as ações necessárias para garantir os nossos direitos e o nosso plano de saúde

SOLIDARIEDADE

Sindipetro doa cobertores para asilos de idosos

Com uma inflação que já ultrapassa os dois dígitos, alimentos, vestuário e itens de limpeza cada vez mais caros, aumentou muito o número de pessoas necessitadas no Brasil. A fome está de volta e toda ajuda é necessária e bem vinda. Pensando nisto, a direção do Sindipetro Bahia tem realizado uma série de ações para tentar amenizar a difícil situação vivida pela população carente. Uma dessas ações foi a doação de 48 cobertores para quatro asilos de idosos - entre eles, estão o Lar de idosos Projeto de Deus, Lar de Idosos Girassol, Lar Amor, Paz e Fraternidade - todos localizados em Salvador. O diretor do Sindipetro-BA, Gilberto Silva acompanhou a ação e revelou “a gratidão dos idosos pela lembrança e o carinho recebidos”.

Veja alguns dos registros:



PROGRAMA SEGURIDADE E CIDADANIA

TODA QUINTA-FEIRA, ÀS 10H NAS REDES DA FUP

YouTube
FACEBOOK.COM/FUPBRASIL/LIVE

facebook.
YOUTUBE.COM/C/FUPBRASIL/LIVE



POR UNANIMIDADE

Senado impõe derrota a Bolsonaro e enterra a Resolução CGPAR 23

Após três anos de intensa mobilização dos sindicatos que representam os beneficiários de planos de saúde de autogestão das empresas públicas e estatais, o momento é de comemorar a vitória contra as medidas nefastas impostas pela Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

A luta e a organização das categorias atacadas, entre elas os petroleiros das empresas do Sistema Petrobrás, garantiram a aprovação por unanimidade, no Senado Federal, do Projeto de Decreto Legislativo - **PDL 342/2021**, depois de ter sido aprovado por ampla maioria na Câmara dos Deputados Federais, anulando todos os efeitos da famigerada Resolução CGPAR 23.

Por ser um decreto legislativo, o texto aprovado não precisa de sanção presidencial e, portanto, anula por completo as medidas impostas por essa Resolução, acabando com a exigência de redução da participação das empresas públicas e estatais no custeio dos seus planos de saúde, a proibição da adesão de novos empregados e a restrição de acesso de novos aposentados nesses mesmos planos, cobranças por faixa etária, entre outras determinações dessa nefasta e extinta Resolução.

Mobilização garantiu a vitória

De autoria da deputada federal Erika Kokay (PT/DF), o texto do PDL 342/2021 foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, no dia 13 de julho, com 365 votos a favor, recebendo somente 39 votos contrários. No Se-

nado, as mobilizações das entidades sindicais garantiu o parecer favorável do relator do projeto, senador Romário Faria (PL/RJ). A pressão dos trabalhadores, votando a favor do projeto no portal e-cidadania e enviando mensagens para os senadores, através da ferramenta NA PRESSÃO, criada pela CUT, foi fundamental para frear a mobilização do governo Bolsonaro, que tentou impedir a aprovação do PDL 342.

Ao longo dessa longa batalha, as direções da FUP e dos



seus sindicatos se mobilizaram intensamente contra os prejuízos impostos por essa Resolução. Durante a tramitação do PDL, a direção da Federação reforçou a sua inconstitucionalidade e os impactos que representava para cerca de três milhões de beneficiários dos planos de saúde de autogestão (veja matéria abaixo). Em carta enviada na quarta, 01/09, aos senadores, a direção da FUP também chamou a atenção para os impactos do desmonte dos planos de saúde de estatais no Sistema Unico de Saúde (SUS). Afinal, ao perderem a possibilidade de se manterem nesses planos, pelo aumento exorbitante de custos, trabalhadores e trabalhadoras de estatais federais, aposentados e pensionistas iriam sobrecarregar e onerar,

ainda mais, o atendimento do SUS.

A resistência da direção da FUP e dos seus sindicatos filiados

Desde que a Resolução CGPAR 23 foi publicada, em janeiro de 2018, a FUP e seus sindicatos vêm se mobilizando para derrubar a medida e evitar que os trabalhadores, os aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás fossem prejudicados pelas imposições dessa Resolução. Durante as negociações do Acordo Coletivo, várias ações

foram executadas neste sentido, visando postergar e minimizar, o máximo possível, os reflexos da CGPAR 23 na Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS).

Ainda assim, a gestão da Petrobrás está descumprindo nosso Acordo Coletivo e alterando de forma unilateral a nossa assistência à saúde, contrariando legislações e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Além de impor aos beneficiários da AMS descontos abusivos em plena pandemia, a gestão da Petrobrás e a Transpetro criaram uma Associação e transferiram, de forma unilateral, a gestão do nosso plano de saúde, para essa entidade privada, em um processo cheio de irregularidades e denúncias de

favorecimento a operadoras de planos privados de saúde. Estamos falando de uma carteira bilionária, com mais de 270 mil beneficiários e uma rede com cerca de 18 mil credenciados, de norte a sul do país.

Paralelamente à atuação nos fóruns corporativos da categoria, para barrar os efeitos da Resolução CGPAR 23, a FUP participou de seminários e reuniões organizadas pela Anapar - Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão e Beneficiários de Planos de Saúde de Auto-gestão juntamente com as direções de outras federações de trabalhadores de empresas públicas e estatais federais, onde foram discutidas e definidas as ações jurídicas e políticas contra as Resoluções da CGPAR. No ano passado, os petroleiros participaram ativamente da campanha nacional para coletar 50 mil assinaturas afim de pressionar o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), a incluir, na pauta da Câmara de Deputados Federais, a votação do projeto de lei da deputada Erika Kokay (PT/DF), o então PDC 956/2018.

Após mais de dois anos de tramitação do projeto, as mobilizações e articulações políticas feitas pelos trabalhadores e lideranças sindicais resultaram na aprovação do regime de urgência urgentíssima para o PDC 956/2018, no dia 08 de julho de 2020. Uma importante vitória da classe trabalhadora, seguida, no dia 13 de julho, do parecer favorável do relator no Senado ao Projeto de Lei, agora PDL 342 e, finalmente, a sua aprovação por unanimidade no plenário dessa mesma casa legislativa, na quarta-feira, 01/09/2020.

INSENSIBILIDADE

Petros nega prorrogação da suspensão do pagamento dos empréstimos

Apesar das inúmeras solicitações do Sindipetro Bahia, da FUP, dos Conselheiros Deliberativos eleitos e dos participantes e assistidos, a Petros informou que não irá prorrogar o prazo da suspensão do pagamento dos empréstimos até o mês de janeiro de 2022, confirmando o encerramento do mesmo no mês de outubro.

Ao tentar se justificar, a Fundação destacou que “a incorporação mensal de juros e correção

gera um incremento dos saldos devedores nos contratos no período de suspensão”.

Acontece que a suspensão do pagamento não é compulsória, mas sim individual e cabe aos participantes e assistidos fazer esta opção, arcando futuramente com o aumento do saldo devedor. Esta decisão não cabe à Petros que ainda ignora o fato de muitos petroleiros estarem passando por uma situação financeira muito complicada.

Para o Diretor de Comunicação do Sindipetro, Radiovaldo Costa, “a situação causa ainda mais revolta pelo fato desta suspensão não trazer nenhum prejuízo para a Petros, pelo contrário, ajuda o plano a alcançar a sua meta atuarial. Então, não atender é pura falta de empatia e de sensibilidade”.

Para ele é urgente mudar a lógica que predomina hoje nos fundos de pensão fechados como a Petros, “onde o patrocini-

nador faz a gestão absoluta do plano, que é o caso da Petrobrás, com a indicação de toda a diretoria, além do voto de minerva no Conselho Deliberativo, e os participantes não têm nenhum poder de interferência na gestão e nem sequer conseguem que seus pleitos sejam atendidos junto à direção da Fundação mesmo sendo estes pedidos tecnicamente corretos, sem impedimento de ordem legal para ser executado”.

ATENDIMENTO

Direção do Sindipetro-BA faz Convênio e garante serviços de fisioterapia e massoterapia aos seus associados

O Sindipetro Bahia está disponibilizando aos seus associados e associadas, desde a segunda quinzena de outubro, serviços de fisioterapia nas seguintes especialidades: ortopédica, geriátrica (para o idoso) e massoterapia.



O atendimento é na sede do Sindipetro Bahia, na Rua Boulevard América, 55, Jardim Baiano- Nazaré, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Para agendar uma avaliação, os associados interessados devem telefonar para o número: (71) 98419-4762.

Para oferecer esses serviços, a direção do Sindipetro-BA

fechou Convênio com a Rede Therapy Saúde Integrada, empresa especializada que atua há mais de uma década nesse ramo da medicina preventiva, com profissionais de notório reconhecimento técnico e que se propõe a oferecer um serviço de alta qualidade, com equipamentos modernos. Outros convênios serão feitos sempre buscando a melhoria e prevenção da saúde física e mental dos nossos associados.

Subsídio

Esse Convênio estabelece um subsídio de 60% do valor das consultas, o que garante que a rede Therapy ofereça um atendimento com valor muito



mais acessível, do que o praticado no mercado. Desta forma, nossos associados vão pagar, pelo tratamento, um valor bem abaixo do que é cobrado normalmente nas clínicas.

Um dos motivos que levaram o sindicato a subsidiar o valor



desse serviço é a atual situação financeira dos aposentados e pensionistas da categoria petroleira que vão precisar de um bom tempo para se recuperar dos descontos abusivos efetuados pela direção da Petrobrás na AMS – lembrando que a direção do Sindipetro-BA ganhou na justiça uma ação, cuja decisão de mérito, em primeira



instância, determinou que a direção da Petrobrás volte a limitar o desconto da AMS em 13% do benefício líquido dos aposentados e pensionistas, mas a direção da estatal tem até o dia 24/11 para cumprir essa decisão.

O gerente administrativo do Sindipetro-BA, Jorge Freitas, ressalta a importância do acolhimento aos aposentados e pensionistas e que esse é mais um dos objetivos da direção do sindicato ao oferecer este serviço: “Aqui esses associados não serão pacientes quaisquer. Terão a devida atenção e um tratamento diferenciado” garante.

CARAVANA DA INFORMAÇÃO

Reuniões terminam no mês de novembro

As reuniões da Caravana da Informação têm sido muito produtivas, sendo uma excelente oportunidade para que os aposentados e pensionistas fiquem bem informados e a par das últimas notícias. É também um ambiente adequado para que possam eliminar suas dúvidas, inclusive jurídicas.

Por isso, não deixe de participar, principalmente porque você não precisa nem se deslocar, pois as reuniões estão acontecendo através da internet.

Um pouco antes das reuniões, a direção do Sindipetro-BA envia para o número cadastrado, nos grupos de WhatsApp dos aposentados e pensionistas, que são associados, o endereço eletrônico (link) que dará acesso à reunião pela internet.

Esses grupos foram criados no Whatsapp, para facilitar a participação dos aposentados e pensionistas nas reuniões, assembleias, congressos e outras atividades através de vídeo conferência pela internet. São 13

grupos dos associados que residem nos bairros de Salvador e nas cidades do interior e 01 grupo de não associado.

Em Salvador já foram realizadas reuniões com os associados que residem nos bairros de Itapuã, Centro, Liberdade, Ribeira, Subúrbio, Brotas, Cabula e bairros próximos, na cidades de Lauro de Freitas, Alagoinhas e Feira de Santana. Confira o calendário das próximas reuniões e participe!

Calendário de reuniões

9/11, terça, 09 horas
Catu e Região

16/11, terça, 09 horas
Candeias e Região



Fique em casa, pelo seu bem e o da sua família e aproveite para ler o Petrolino